

Terras do norte: a formação da capitania do Rio Grande (séculos XVI, XVII e XVIII)¹

Land of the north: the formation of the captaincy of Rio Grande (XVI, XVII, and XVIII centuries)

Thiago do Nascimento Torres de Paula

Pós-Doutor em Educação pela UFRN. Doutor em História pela UFPR (2016), Mestre em História pela UFRN (2009), Bacharel e Licenciado em História pela UFRN (2005). Atualmente está como professor colaborador do Curso de Mestrado em História dos Sertões da UFRN, Colaborador da Pós-Graduação Lato Sensu do IFRN.

Resumo: O objetivo deste artigo é expor como no processo históricos concreto, especificamente nos séculos XVI, XVII e XVIII ocorreu a formação da Capitania do Rio Grande, discutindo as invasões, a pobreza e as violências ao longo da colonização. O procedimento adotado na elaboração deste estudo, foi necessariamente a leitura bibliográfica, fazendo uso de textos clássicos da historiografia nacional e local (Rio Grande do Norte), mas também das pesquisas mais recentes elaboradas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Alguns documentos foram consultados, como: o Primeiro livro de tombo da igreja matriz da freguesia da Cidade do Natal; o Mapa de população da Capitania de Pernambuco; entre outros. Ao cabo, a ocupação, a dominação e a exploração das terras do norte da América portuguesa, era parte integrante de um grande e longo processo de expansão dos poderes da Coroa portuguesa, que resultou em violências de toda sorte.

Palavras-chave: Capitania. Rio Grande. Violências

Abstract: The aim of this article is to expose how in the concrete historical process, specifically in the centuries XVI, XVII and XVIII, the formation of the Captaincy of Rio Grande occurred, discussing themes such as the invasions, the poverty and the violence which took place along the colonization. The procedure adopted to carry out this study was, the bibliographic reading, using classic texts of the national and local (Rio Grande do Norte) historiography, but also the reading of the most recent researches carried out in the Strict Sensu Post Graduation Programs. Some documents such as the First Registry Book of the Main Church of the City of Natal; the Map of the population of the Captaincy of Pernambuco, among others. At the end, the occupation, the domination and the exploration of the lands of Portuguese America, was part of a huge and long expansion process of the power of the Portuguese Crown, which resulted in violence of all kinds.

Keywords: Captaincy. Rio Grande. Violence.

¹ O presente texto é produto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvida entre os anos de 2012 e 2016 na Universidade Federal do Paraná, com financiamento da CAPES.

Introdução

É importante registrar que muitos foram os historiadores do passado e outros contemporâneos que já narraram, descreveram e examinaram as origens da Capitania do Rio Grande, espaço marcado indiscutivelmente por invasões europeias, pobreza, extermínio de povos indígenas e escravidão. Em tempos de ódio como os que se vive em princípios do século XXI, é necessário definir posições, disputar pensamentos, sobretudo não esquecendo o longo passado de colonização da América portuguesa, em um momento que outros impérios parecem contra-atacar.

Assim, o objetivo deste estudo é expor como no processo históricos concreto, especificamente nos séculos XVI, XVII e XVIII ocorreu a formação da Capitania do Rio Grande, discutindo as invasões, a pobreza e as violências ao longo da colonização. O procedimento adotado na elaboração deste estudo, foi necessariamente a leitura bibliográfica, analisando textos clássicos da historiografia nacional e local, mas também fazendo uso das pesquisas mais recentes elaboradas nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Ressalta-se ainda, que alguns documentos foram visitados durante a tessitura do texto, como: o Primeiro Livro de tombo da igreja matriz da freguesia da Cidade do Natal; Mapas população da Capitania de Pernambuco; Cartas, um parecer e um ofício do Concelho Ultramarino.

É importante saber que na Capitania do Rio Grande,² especificamente na freguesia da Cidade do Natal,³ o principal núcleo de povoamento e sede administrativa, nunca houve uma Irmandade da Misericórdia. Possivelmente, tal organização associativa de grande destaque no Império português não poderia ser criada naquela capitania, pelo fato de seus homens-bons, brancos, honrados e ricos não serem tão bons, tão brancos, tão honrados e tão ricos quanto os das Capitanias da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O que revela um pouco da pobreza, mesmo dos indivíduos mais abastado, já que a Irmandade da Misericórdia congregava homem de grande poder aquisitivo (TORRES DE PAULA, 2009; ALVEAL, 2013; FRANCO, 2009; SÁ, 1995).

Na freguesia da Cidade do Natal, os ditos varões honrados e abastados da terra congregaram-se em torno da Irmandade do Santíssimo Sacramento, sediada

2 Neste capítulo não será utilizado o termo Rio Grande do Norte, partindo do princípio de que apenas na segunda metade do século XVIII o adjetivo *do Norte* foi somado ao nome da capitania para diferenciá-la da Capitania do Rio Grande de São Pedro, localizada no extremo sul da América portuguesa (LOPES, 2003).

3 A Freguesia da Cidade do Natal, correspondeu no período examinado a uma fração do Bispado de Pernambuco, tendo em seu território: uma igreja matriz, várias capelas, fazendas, sítios e padres que assistiam a população de católicos, composta de indivíduos livres, forros e escravos (TORRES DE PAULA, 2009).

na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, organização para a qual convergiram todos os segmentos brancos desde os tempos da colonização. A existência da Irmandade do Santíssimo era quase que obrigatória em cidades e vilas coloniais (TERMO DE VISITA DA FREGUESIA DE N^a Sr^a DA APRESENTAÇÃO, 1795; MARQUES, 2000; BARROS NETO, s/d; BOSCHI, 1986; ALMEIDA, 1963).

Embora as primeiras Misericórdias na América portuguesa tenham sido criadas paralelamente ao surgimento dos núcleos de povoação, e normalmente no litoral, verifica-se que assim não ocorreu na Capitania do Rio Grande do Norte, nem no Ceará Grande (RUSSEL-WOOD, 1981).

A Irmandade da Misericórdia mais próxima da freguesia da Cidade do Natal era a Misericórdia da Paraíba, possivelmente criada em 1585, já sendo registrada na documentação do Santo Ofício em visitação a Filipéia de Nossa Senhora das Neves em 1595 (SEIXAS, 1987).

Em tal data, a Capitania do Rio Grande era uma região somente habitada por povos indígenas (Potiguara no litoral, de língua tupi, e os Tarairiú nos sertões, de língua Jê), um espaço ainda a ser ocupado, dominado e explorado. Evidenciava-se ainda, ali, a presença constante de corsários franceses, traficantes de pau-brasil e aliados dos ameríndios (SALVADOR, 1982; VARNHAGEM, 1978; CASCUDO, 1984; MEDEIROS, 1973; PUNTONI, 2002).

A ocupação lusitana

Porém, de fato e de direito, aquelas terras do norte da colônia eram pertencentes à Coroa de Portugal, pois tinham sido até 1570 uma capitania hereditária sob a responsabilidade dos donatários João de Barros⁴ e Aires da Cunha,⁵ que por duas vezes tentaram ocupá-la e explorá-la, tal como era o propósito,⁶ não logrando êxito. Desta forma, nos anos setenta do século XVI as terras do Rio Grande foram

4 João de Barros nasceu em 1496 na Província da Beira em Viseu, filho de pessoas de qualidade; era neto paterno de Álvaro de Barros; acredita-se que foi o fundador do Mosteiro de Requião da Congregação de São João Evangelista. O pai foi criado de Dom Afonso V, Dom João II e Dom Manuel. João de Barros entrou para a Corte ainda criança, provavelmente por mediação de um nobre de alta estirpe, Dom João de Meneses (prior do Crato e mordomo-mor de Dom Manuel); foi homem próximo de Dom João III, moço de guarda-roupas do soberano, indivíduo de sólida formação erudita. O personagem em questão foi Governador de São Jorge de Mina de 1522 a 1525, além de ser um dos grandes historiadores quinhentistas (PANEGASSI, 2013).

5 Homem do mar, foi nauta que destacou-se como Capitão-mor nas águas de Malaca; em 1533 estava em Lisboa no comando de um galeão; juntamente com João de Barros, era também donatário de um segundo Quinhão [as terras do Pará]. Partiu de Portugal em 1535 no comando de uma armada, auxiliado pelos filhos de João de Barros; perdeu sua vida em um naufrágio, na tentativa de atingir as terras do Maranhão (SALVADOR, 1982; VARNHAGEN, 1978).

6 A segunda missão colonizadora foi realizada pelos filhos de João de Barros em 1555 (MARIZ, 2002).

revertidas para o governo português, mediante uma indenização ao filho de João de Barros, tornando-se uma capitania Real (LYRA, 1998; POMBO, 1922; CASCUDO, 1984). Pode-se afirmar que o século XVI foi, para a capitania em questão, um longo período de tentativas de ocupação, resistência nativa contra os portugueses e alianças franco-indígenas.

Em 1597, sob o comando da Capitania de Pernambuco e com o apoio dos homens da Capitania da Paraíba, o projeto da Coroa portuguesa de consolidar a presença lusa nas terras do norte e desmontar as alianças franco-indígenas foi posto em prática, com uma expedição colonizadora egressa daquelas duas capitanias,⁷ composta por representantes do Estado e da Igreja e por tropas indígenas. Participaram desta expedição Manuel Mascarenhas Homem (governador de Pernambuco), os mestiços Jerônimo e Jorge de Albuquerque (sobrinhos de Duarte Coelho, primeiro donatário das terras de Pernambuco),⁸ Feliciano Coelho de Carvalho (governador da Paraíba), os religiosos Bernardino das Neves, João de São Miguel (franciscanos), Gaspar de Samperes, Francisco Lemos (jesuítas) e centenas de índios tabajaras de língua tupi (LYRA, 1998).

A missão foi realizada em duas frentes: uma marítima, vinda de Pernambuco, e outra terrestre, originária da Paraíba, tendo como ponto terminal a barra do rio Grande (atual Potengi), onde enfrentaram os índios Potiguara. Para firmar os combates e confirmar a ocupação da Capitania do Rio Grande em nome do Rei de Portugal e Espanha, em 06 de janeiro de 1598 iniciou-se a construção de uma fortificação de taipa (varas e barro batido), que foi denominada de Fortaleza dos Reis Magos (MEDEIROS FILHO, 1997).

A fortificação foi originalmente arquitetada pelo padre espanhol Gaspar de Samperes, que fora engenheiro em Castela e Flandres antes de ingressar na Companhia de Jesus; em 24 de junho o estabelecimento militar teve seu comando assumido por Jerônimo de Albuquerque (SALVADOR, 1982; VARNHAGEM, 1978; CASCUDO, 1984). Sobre esta primeira estrutura da fortaleza, Galvão (1979: 22) afirma:

[...] era uma fortificação provisória, com o mínimo de segurança para abrigar a gen-

7 É válido assinalar que a ordem para tal missão, vinda da Corte de Lisboa, foi dada ao Governador-geral do Estado do Brasil, determinando que mandasse os Capitães-mores de Pernambuco e Paraíba executarem o feito (LOPES, 2003).

8 Frisa-se aqui que os dois mestiços da família Albuquerque não eram apenas mamelucos (filhos de pai branco e mãe índia) ou mesmo sobrinhos de um homem destacado, mas estavam ali como mediadores entre dois mundos, trazendo em seus corpos não somente os aspectos fenotípicos e culturais dos nativos do litoral da América, mas incluso um projeto de dominação territorial que tinha que avançar. Nos últimos anos estudos sobre mestiçagem têm ocupado a agenda de pesquisa de vários historiadores no exterior e no Brasil. (GRUZINSKI, 2001; ARES, 1997; PAIVA, 2001; SILVA, 2014; MACEDO, 2013).

te da expedição, protegendo-a contra o inesperado ataque do gentio. Também não foi erguido no arrecife, porque construção daquele tipo não resistiria ao primeiro impacto das águas, pois a área adjacente fica totalmente coberta na maré cheia 'seis horas o cobre o mar', disse o sargento-mor Diogo de Campos. Simples paliçada, na praia, fora do alcance das marés.

Os índios foram controlados, não sendo necessário um grande exercício imaginativo para que se possa afirmar que foram mortos ou feridos às centenas; os que sobreviveram foram "pacificados" em um acordo luso-indígena em Filipéia de Nossa Senhora das Neves, na Paraíba, em 11 de junho de 1599. Neste período, as tropas colonizadoras já tinham organizado uma pequena povoação próxima à fortaleza, chamada de Cidade dos Reis (TRINDADE, 2007). Era a condição ideal para a criação de mais uma cidade no norte da América luso-castelhana, lembrando que eram tempos da União Ibérica (1580-1640);⁹ em 25 de dezembro de 1599, foi fundada a Cidade do Natal.

A cidade foi, nos seus anos iniciais, denominada Cidade de Santiago; a sede da capitania foi erguida distante da barra do rio Grande, erigindo-se uma pequena capela que seria a igreja matriz, sendo seu primeiro vigário o jesuíta engenheiro Gaspar de Samperes (CASCUDO, 1999; MARINHO, 2006). A Capitania do Rio Grande, diferente de Pernambuco, teve oficialmente como governador um Capitão-mor, inferior na hierarquia administrativa ao Capitão-general presente em Olinda, evidenciando a falta de prestígio que teriam a região e seus homens diante das capitanias mais ricas ao sul, durante os séculos XVII, XVIII e início do XIX (ALVEAL, 2013).

O século XVII na Capitania do Rio Grande foi marcado pela pobreza, o pouco prestígio dos homens da Câmara, a violência, e a anexação da região à Capitania de Pernambuco. Nos primeiros anos daquele século, tanto a Fortaleza dos Reis Magos quanto a própria Cidade do Natal tiveram uma função primordial no projeto colonizador, consolidando a presença portuguesa ao norte e servindo de ponto de apoio para as tropas que ocuparam o Ceará entre os anos de 1603 e 1612, sendo o ponto de partida do mestiço Jerônimo de Albuquerque para expulsar os franceses do Maranhão em 1612, como também de Caldeira Castelo Branco para a conquista do Pará e da foz do rio Amazonas em 1615 (HOLANDA, 1989; WEHLING, 1994).

Apesar de toda esta importância, a Cidade do Natal foi marcada, desde sua fundação até a ocupação holandesa, em 1633,¹⁰ pela pobreza e pelo lento desenvol-

9 Frisa-se ainda que Natal foi fundada com o título de cidade, sendo esta uma característica da administração do período filipino, pois os espanhóis não fundavam vilas (ALVEAL, 2013).

10 O termo *holandês* é considerado impróprio por alguns, pois o que havia eram as Províncias Unidas; no entanto, este termo genérico é amplamente utilizado na historiografia (MELLO, 2010).

vimento. Segundo Cascudo (1999: 58):

Os trinta e quatro anos de cidade, 1599-1633, foram lentos, difíceis, paupérrimos. Interessava ao Rei o forte, a situação estratégica, o ponto militar de defesa do territorial. Raríssimas mulheres brancas. Cidade apenas no nome. Uma capelinha de taipa forrada de palha e os moradores viviam espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando frutos nos tabuleiros, pouca criação de gado que se desenvolveria vertiginosamente a ponto de ter 20.000 cabeças em 1633, e as pescarias, de anzol, rede e curral. Havia o sal, colhido nas marinhas [...].

Contudo, desconsiderando o romantismo de Cascudo, a pobreza era uma realidade para a Capitania do Rio Grande. Em 1614 a Cidade do Natal tinha apenas 12 casas, e a única igreja não tinha porta (CASCUDO, 1999); acredita-se que o único investimento significativo feito na capitania naquele momento foi por ordem de Filipe III, que no ano de 1612 decretou a reestruturação da fortaleza, que estava em péssimo estado; a partir de 1614 a estrutura em pedra começou a ser erguida.¹¹

A construção da versão em pedra da fortaleza da barra do rio Grande foi de responsabilidade do Capitão Frias de Mesquitas, Engenheiro-mor. Quando da invasão holandesa, somente uma contraguarda estava concluída; o formato do forte (pentagonal com baluartes nos ângulos) era semelhante a “[...] vários que floresceram nas lutas de formação de cidades-estados italianas, depois adotados na política expansionista europeia” (MOREU, 2011: 169 e 223).

Mediante a política de povoamento iniciada com a fundação da cidade, houve a concessão de sesmarias, sendo as doações mais significativas feitas por Jerônimo de Albuquerque a seus filhos, no vale do rio Cunhaú, não sendo elas confirmadas pelo rei em função de sua extensão. Outra concessão foi feita aos jesuítas, próxima à Cidade do Natal, ao longo do rio Grande, em 1603 (MONTEIRO, 2000); as doações de terras na capitania geraram inúmeras queixas, tal como em outros rincões da América portuguesa, reclamações que cruzaram o oceano em forma de cartas e chegaram à Corte, em Lisboa, que respondeu exigindo uma reorganização das ditas concessões no Rio Grande do Norte (TRINDADE, 2007).

O peso dos holandeses

A partir de 1624, a população da América portuguesa e suas autoridades administrativas sentiram o peso das ações da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1630, a Capitania de Pernambuco foi ocupada pelos holandeses, que em 1633

¹¹ A fortificação dos Reis Magos foi uma das primeiras a ser edificada em pedra; o uso de pedras em edificações militares só se difundiria após a expulsão dos holandeses (POSSAMAI, 2012).

sitiaram e ocuparam a Capitania do Rio Grande¹²; se na primeira capitania os holandeses foram atraídos pelos investimentos realizados na produção açucareira, no Rio Grande a fortaleza e o gado os atraíram: o estabelecimento militar como um ponto estratégico de defesa e os animais para subsistência das tropas. Em 23 de dezembro de 1634 capitulava o forte de Santo Antônio; foi a vez das terras da Capitania da Paraíba serem tomadas pelos flamengos (MELLO, 2010).

A partir de 1633, o governo holandês, de posse da Fortaleza dos Reis Magos e da capitania, trocou o nome da Cidade do Natal para Nova Amsterdã e o da fortificação para Castelo de Ceulen; para consolidação da dominação, os holandeses saquearam o gado da região de Genipabu (litoral) e avançaram sobre o engenho do Ferreiro Torto (litoral), onde muitos foram mortos, seguindo-se a ocupação da única unidade produtiva de açúcar e centro econômico, o engenho de Cunhaú (litoral), ao sul (MEDEIROS FILHO, 1998; LYRA, 1998; CASCUDO, 1984).

Tais ocupações foram importantes para a imposição da autoridade holandesa sobre os portugueses que viviam na região; é também necessário lembrar as alianças realizadas entre os grupos indígenas e os holandeses, que foram de suma importância para a permanência dos batavos naquelas terras (MONTEIRO, 2000).

O domínio holandês sobre os territórios portugueses na América estendeu-se além das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte pelo Ceará-grande e Maranhão, atingindo também, do outro lado do Atlântico, na costa africana, São Jorge da Mina (1637), Luanda, Benguela e os portos satélites de São Tomé e Ano Bom (1641), já que a posse do litoral africano era fundamental para o controle do comércio de escravos (ALENCASTRO, 2000; STABEN, 2008).

Durante a presença holandesa os jesuítas paralisaram suas atividades e se recolheram ao Colégio de Olinda, só retornando à Capitania do Rio Grande em 1678 (PORTO, 2000; MORAIS, 2013). O final do período de domínio holandês foi marcado por inúmeros conflitos, não sendo diferente na capitania em questão, onde ocorreram dois grandes massacres, carnificinas realizadas por grupos indígenas aliados dos batavos contra portugueses e luso-americanos (MELLO, 2010).

O primeiro massacre ocorreu no engenho de Cunhaú, em 16 de julho de 1645, seguido de outro morticínio em Uruaçu, aos 3 de outubro do mesmo ano; foram mortos homens, mulheres, crianças e religiosos católicos, ressaltando-se que durante boa parte do domínio holandês houve considerável tolerância religiosa¹³ e

12 Deve-se frisar que antes da ocupação propriamente dita o governo holandês na América enviou expedições de reconhecimento ao litoral do Rio Grande do Norte, buscando os melhores pontos para o desembarque de tropas (MEDEIROS FILHO, 1998).

13 Tal tolerância foi responsável pelo estabelecimento da Zur Israel, primeira comunidade judaica da América, composta de particulares, ou seja, não funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, que estiveram efetivamente presentes no processo de expansão urbana do Recife. Os membros da

uma presença igualmente considerável de franceses e ingleses na Nova Holanda. (MEDEIROS FILHO, 1998; MELLO, 1979).

Expulsos os holandeses em 1654,¹⁴ restava aos luso-americanos reorganizar as estruturas destruídas nos conflitos da Guerra de Restauração e resolver inúmeras querelas (MELLO, 2007). Na Capitania do Rio Grande

A reorganização administrativa teve início com a nomeação de Antônio Vaz Gondim como o primeiro capitão-mor após o período holandês, em 1656, indo sua administração até 1663, e ainda com um segundo mandato de 1672 a 1677. Sua ação como governante, foi bastante efetiva nestes anos de penúria e recuperação da vida administrativa e quotidiana [...] (MARIZ, 2002: 90).

Naquela segunda metade do século XVII dois aspectos marcaram profundamente a vida dos moradores da capitania: a guerra contra os nativos nos sertões e a falta de prestígio do Rio Grande e dos homens-bons da Câmara da Cidade do Natal.

Os conflitos pelo sertão

Aquele era o momento de dilatar as fronteiras internas da América portuguesa e fazer sentir a presença lusa; a expansão da pecuária para os sertões e a escravização de grupos indígenas foram fatores primordiais para os desdobramentos da guerra entre portugueses, luso-americanos e indígenas,¹⁵ conflito este que se estendeu até as primeiras décadas do século XVIII. Em décadas de combate, autoridades de várias capitanias foram mobilizadas e tropas paulistas foram empregadas, destacando-se a presença de Domingos Jorge Velho e Manuel Álvares de Moraes Navarro (TAUNAY, s/d; MEDEIROS, 1973; MEDEIRO FILHO, 1984; PUNTONI, 2002; SILVA, 2003; ARAÚJO, 2007; JESUS, 2007).

Na denominada Guerra dos Bárbaros¹⁶ milhares de índios foram exterminados; padres calculavam centenas de crianças indígenas mortas, mas conformavam os seus corações, pois os pequenos nativos tinham sucumbido já com a graça do batismo (PORTO, 2013). Acreditou-se que as décadas de conflito tinham posto fim

Zur Israel foram responsáveis pela construção de espaços na cidade, aterrando pântanos, construindo lojas e senzalas e catalisando a vida econômica do lugar (BREDA, 2007).

14 Depois da capitulação do Recife os batavos abandonaram o castelo Ceulen e bateram em retirada (BOXER, 2004).

15 A escravidão indígena foi realidade indiscutível de norte a sul da América portuguesa (MOTT, 1979; MONTEIRO, 1994; LOPES, 2003; PORTELA, 2014).

16 Sobre aquele conflito afirma-se que a unidade da guerra existiu somente para a política portuguesa, pois tratava-se de um conjunto de intensos combates travados pelos sertões (PUNTONI, 2002).

aos grupos indígenas dos sertões da Capitania do Rio Grande,¹⁷ sendo a ribeira do Açu um dos epicentros do conflito; no entanto, estudos recentes demonstram que aqueles que não foram aniquilados foram absorvidos pela sociedade colonial portuguesa (MACEDO, 2011; LOPES, 2013; APOLINÁRIO, 2011).

A falta de prestígio das terras da Capitania do Rio Grande e dos homens-bons da Câmara da Cidade do Natal foi tão marcante quando o conflito que se desdobrava na segunda metade do século XVII nos sertões. Ainda no período do domínio dos holandeses, no Congresso dos Escabinos, realizado em 1640 no Recife, a Capitania em questão não teve representação, o que revela sua pouca importância (MARIZ, 2002).

Logo após a Restauração, o governo português lançou editais nas Capitanias de Pernambuco e Paraíba, obrigando as pessoas que deixaram suas terras durante a ocupação holandesa a retornarem para a Capitania do Rio Grande, sob pena de perderem em definitivo suas possessões (CAVALCANTE, 2011). Eram terras desprestigiadas as do norte, em que o Estado precisava fazer uso do monopólio da violência para ter homens “minimamente dispostos a viverem na capitania”.

Um dos símbolos de poder da capitania, um dia cobiçado e dominado por holandeses e um dos pontos de defesa do norte da América portuguesa, encontrava-se em condição de quase total abandono:

Em 1670, o conselho Ultramarino repassou ao rei uma representação da Câmara de Natal, acompanhada de uma carta do Capitão-mor, nas quais se voltava a mostrar o estado de abandono da fortaleza dos Reis Magos, sem guarnição e munição suficiente. Outra vez propunha-se um efetivo de oitenta soldados a serem mantidos com os dízimos das capitanias vizinhas da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, como aconteceu antes da invasão holandesa, uma vez que os recursos da capitania do Rio Grande eram poucos e estavam consignados à reforma da igreja matriz (POSSAMAÍ, 2012: 228-229).

A matriz, principal igreja da capitania, muito provavelmente não passava de um prédio rudimentar coberto com palhas de coqueiros e com pouquíssimo ou nenhum paramento. Os homens ditos bons da Cidade do Natal demonstravam a fragilidade econômica do Rio Grande, que de grande só tinha o nome, propondo claramente restabelecer a relação de dependência com outras regiões.

Alveal (2013: 41-42) afirma que desde os primórdios da organização da Câmara da Cidade do Natal aquele

17 Tal “verdade” histórica foi construída pelos primeiros historiadores do Rio Grande do Norte, vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (POMBO, 1922; LYRA, 1998; CASCUDO, 1984).

[...] espaço de poder foi utilizado como estratégia para melhorar a “qualidade” de alguns moradores, que não teriam espaço em Olinda, ou mesmo em Filipéia, que, por mais próxima de Olinda, concentrou pessoas de “maior qualidade” ou mesmo aptas a obter títulos e honrarias de maior significado do que apenas patentes militares, sesmarias e cargos menores da administração colonial.

Fica evidente que, no contexto mais amplo da sociedade colonial do norte da América portuguesa, os homens do Rio Grande estavam em um patamar de desprestígio, lembrando que o único caso registrado de nobilitação para a Ordem de Cristo na capitania foi o índio Filipe Camarão, que colaborou nas guerras da Restauração (RAMINELLI, 2009; MEDEIROS, 2011).

No final do século XVII, os moradores de qualidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves demonstravam o seu prestígio individualizado na Irmandade da Misericórdia, e por conseguinte buscavam elevar o status da mesma e consequentemente os seus, tendo o rei atendido ao pedido de distinção daqueles vassallos (FRANCO, 2011). Enquanto isso,

A própria Câmara da Cidade do Natal dependia de algumas pessoas que fossem fiadoras junto à Câmara de Olinda. Em 1674, por intervenção régia, o conselho foi obrigado a pagar 50\$000 réis a Bento da Costa Brito, pois ele havia adiantado à Câmara de Olinda os subsídios do tabaco. O motivo do pagamento a esta Câmara dos subsídios era que a Capitania de Pernambuco se constituía como a que sustentava a Fortaleza dos Reis Magos. Assim, ficou estabelecida uma relação de dependência à Câmara de Olinda e ao Governo da Capitania de Pernambuco (ALVEAL, 2013: 38).

Os homens-bons da Capitania do Rio Grande, vizinhos hierarquicamente inferiores aos homens-bons da Capitania da Paraíba, eram menos prestigiados.¹⁸ Reafirmo que aqueles varões do Rio Grande não foram tão bons, tão brancos, tão honrados e tão ricos quanto os de outras regiões da América portuguesa. Naquele contexto, nunca conseguiram estabelecer uma Irmandade da Misericórdia, ou talvez nem tenham tentado obter tal distintivo social, apesar de praticarem a caridade; pois em 1695 o abandono de crianças recém-nascidas já era uma realidade entre os moradores da freguesia da Cidade do Natal, que, sem uma Santa Casa da Misericórdia, tomaram outras atitudes para assistir aos pequenos enjeitados, que já circulavam pela jurisdição eclesiástica, passando de mão em mão (TORRES DE PAULA, 2005).

Neste contexto de ausência de prestígio e de abandono de recém-nascidos, as tensões políticas se apresentavam acirradas: os conflitos nos sertões perduravam, e o Capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, manifestava-se

18 A Câmara da Cidade do Natal sofria constantemente intervenções de outras autoridades ligadas à Coroa, diminuindo sua autonomia frente ao poder régio (DIAS, 2011).

contra os excessos dos paulistas no interior da capitania, sobretudo os privilégios concedidos pelo Governador Geral do Brasil ao Mestre de Campo Manuel de Moraes Navarro.

A tensão aumentou em 1694, quando Bernardo Vieira de Melo solicitou ao rei permissão para fazer homenagens ao Governador da Capitania de Pernambuco, ao invés do Governador geral, justificando seu pedido pela distância entre as localidades, o que, no fundo, passava pelas querelas políticas entre aqueles funcionários da Coroa (ALVEAL, 2013). Lembra-se que ele era um luso-americano, pernambucano, como muitos outros governadores da Paraíba e de Angola na segunda metade do século XVII.

Somente em 1701 chegava ao fim a gestão de Bernardo Vieira de Melo, e o desejo dos homens-bons de Natal tornava-se uma realidade: Pernambuco anexava a Capitania do Rio Grande aos seus domínios.¹⁹ Apesar da suposta paz conquistada pelo governador Bernardo Vieira nos sertões da capitania, os conflitos entre colonos luso-americanos e grupos indígenas estenderam-se pelas duas primeiras décadas do século XVIII (TRINDADE, 2007). Por volta de 1722 houve um último ataque ao arraial do Ferreiro Torto, a poucos quilômetros da Cidade do Natal, sendo os indígenas repelidos pelo terço dos paulistas que se encontrava na região (CASCUDO, 1999).

Certo é que a primeira metade do século XVIII, na Capitania do Rio Grande do Norte, foi marcada por tensões e algumas realizações. As tensões se materializaram com o assassinato do governador da capitania, o Capitão-mor Luís Ferreira Freire, em 1722, sendo ele sucedido pelo Capitão-mor José Pereira da Fonseca, que teve sua gestão marcada por conflitos com o Senado da Câmara, sendo ele também alvo de atentados a tiros, tendo, no entanto, um final mais feliz que seu antecessor. Nesta mesma década foi construído o novo prédio da Câmara na Cidade do Natal, sendo o espaço térreo reservado para a cadeia e o piso superior para as reuniões dos homens-bons da formação social (PARECER DO CONSELHO ULTRAMARINO ..., 1723; CARTA DOS OFICIAIS ..., 1723; CARTA DO [CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE DO NORTE] ..., 1725). Em 1730 foi fundada a primeira Cadeira de gramática latina no Rio Grande do Norte, reconhecida pelo Bispo de Olinda em visita pastoral (CASCUDO, 1999; MARIZ, 2002).

19 No panorama amplo das anexações da Capitania de Pernambuco, nota-se que a Capitania do Ceará tornou-se subordinada ainda em 1656, mas conseguiu se desligar em 1723; já a Capitania da Paraíba só tardiamente foi anexada, em 1755. Destacamos ainda que em 1688 foi criada a Ouvidoria Geral da Paraíba, responsável pelo Rio Grande do Norte e Ceará (MENEZES, 2006). No tocante ao desligamento do Ceará da Capitania de Pernambuco, em 1723, parece ser equivocada a informação tecida por Menezes, pois quando recorre-se à documentação produzida pelas autoridades coloniais na segunda metade do século XVIII, a figuração do Ceará aparece subordinada à administração pernambucana (IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco ..., 1774).

É nesta primeira metade do século XVIII que foi-se consolidando o povoamento português e luso-americano na Capitania do Rio Grande; naquele período a capitania já integrava a figuração da imensa Capitania de Pernambuco e suas anexas; assim, a região em questão passou a ser recenseada por seus párocos e autoridades militares (LYRA, 1998). Ou seja, todas as informações sobre a quantidade de moradores (homens, mulheres, crianças); cor da pele (brancos, negros, mestiços ou índios); idade dos moradores (divididas em classes, remetendo às idades reprodutivas e idades para o serviço militar); ocupação dos moradores; contingente militar; quantidade de escravos e forros; número de cidades, vilas, freguesias, ribeiras, fogos, igrejas, capelas; distâncias entre as localidades e a cabeça do Bispado, neste caso Olinda; quantias pagas nos dízimos por ribeiras; o que era produzido, vendido e consumido, etc - eram enviadas para as autoridades em Recife, para compor os mapas de populações que eram enviados para Lisboa (SMITH, 2002).

Considerações finais

Ao cabo de tudo, a ocupação, a dominação e a exploração das terras do norte da América portuguesa, era parte integrante de um grande e longo processo de expansão dos poderes da Coroa portuguesa. O princípio da colonização nas terras do Rio Grande não foi nada fácil para o governo português, que em um primeiro momento delegou a missão a pequena nobreza, mas logo em um segundo momento o próprio rei toma para si a responsabilidade em invadir e apoderar-se das terras ao norte da Paraíba.

Como exposto ao longo do texto, chegar até a barra do Rio Grande apresentava três sentidos para governo luso em fins do século XVI: primeiro, expandir os limites do império de ultramar; segundo, destruir as alianças franco-índigenas que havia no litoral da capitania, que permitia a exploração indevida do Pau-brasil por parte de corsários franceses; por último, estabelecer uma fortificação que fosse um ponto de apoio e referencia militar para o desdobramento da colonização para cada vez mais ao norte.

O desenvolvimento do primeiro núcleo de povoamento e respectivamente sede da Capitania do Rio Grande, foi extremamente lento e marcado pela pobreza, mesmo os indivíduos de maior distinção da freguesia e Cidade do Natal eram hierarquicamente inferiores quando comparados aos homens-bons da Paraíba, Pernambuco, Bahia e outras regiões ao sul da América portuguesa.

É importante não esquecer que a Capitania do Rio Grande sentiu nas primeiras décadas do século XVII, o peso das ações da Companhia das Índias Ocidentais. Os batavos foram atraídos sobretudo por uma fortaleza estrategicamente

edificada no litoral, tal como por um rebanho numeroso que destacava-se nas terras da capitania.

Por último, a resistência indígena contra a ação dos portugueses foi uma constante nas terras do Rio Grande nos séculos XVI, XVII e XVIII, fosse no litoral nas primeiras tentativas de ocupação e dominação, ou mesmo nos sertões com a expansão dos limites e ampliação da criação de gado. Lembrando que a Guerra dos Bárbaros proporcionou um verdadeiro genocídio para os povos nativos do Rio Grande, porém, os que sobreviveram a hecatombe foram escravizados e mesmo internalizados a uma sociedade que se tornou tipicamente mestiça, tornando-se números no processo de contagem populacional que a Coroa portuguesa passou a realizar nos anos setecentista.

Referências

Fontes

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] sobre a incapacidade de governar do capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Pereira da Fonseca. Natal, 22 de novembro de 1723 (Arquivo Histórico Ultramarino - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, Doc. 11).

CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Pereira da Fonseca, ao rei [D. João V] relatando o atentado a tiro que sofreu e outros crimes que tinham ocorrido na capitania. Natal, 25 de julho de 1725 (Arquivo Histórico Ultramarino - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, Doc. 29).

IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.^a &.^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: *Annais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (v. XL – 1918).

PARECER do Conselho Ultramarino sobre pedido de pensão de Quintiliana de Barros, viúva do ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, morto em serviço. Anexo: aviso e despacho do Conselho Ultramarino. Lisboa, 30 de janeiro de 1723 (Arquivo Histórico Ultramarino - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, Doc. 9).

TERMO de visita da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do

Natal do Rio Grande do Norte, 1795. In: *Primeiro livro de tomo da Igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, 1725-1890* (Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal).

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luís Castanho de. Clero secular diocesano brasileiro setecentista. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 3, 1963.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Quando as chefias indígenas se fortalecem enquanto pequena nobreza nos sertões das capitanias do norte na segunda metade do século XVIII. *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. *O muro do demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*. 122f. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

ARES, Berta Queija. El papel de mediadores y la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestizos peruanos (siglo XVI). In: ARES, Berta Queija; GRUZINSKI, Serge (Coord.). *Entre dos mundos: fronteiras culturais y agentes mediadores*. Americanos / Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997.

BARROS NETO, Manoel do Rego. *O remir*. Natal: texto no prelo, s/d.

BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 2. ed. Recife: CEPE, 2004.

BREDA, Daniel Oliveira. *Vicus Judaorum: os judeus e os espaços urbanos do Recife neerlandês, 1630-1654*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. *História da cidade do Natal*. 3.ed. Natal: IHG/RN, 1999.

CAVALCANTE, Helaine de Moura. Do Flamengo ao bárbaro: o processo de restauração da Capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). *Conflitos, revoltas e insurreição na América portuguesa*. Maceió: EDUFAL, 2011.

DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FRANCO, Renato. Notas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica durante o século XVIII. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Org.). *As misericórdias - das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009.

_____. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa*. Tese, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GALVÃO, Helio. *História da fortaleza da barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial*. 8. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

JESUS, Mirian Silva. *Abrindo espaços: os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande*. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003.

_____. Os indígenas aldeados da Capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII: terra e trabalho. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.

LYRA, A. Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. 3. ed. Natal: Nordeste, 1998.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens. Natal: EDUFRN, 2011.

_____. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)* Tese, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MARINHO, Francisco Fernandes. *O Rio Grande do Norte sob o olhar dos Bispos de Olinda*. Natal: Nordeste, 2006.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 2000.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Capa, espada, hábito e tença: concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros na América portuguesa. *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açú e Seridó. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento de Estado de Imprensa, 1997.

_____. *Os holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. *O Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MELLO, José António Gonçalves de. *Tempo dos flamengos: influência da cultura holandesa na vida e na cultura no norte do Brasil*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

MENEZES, Mozart Vergetti. Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte, 1654-1755. *Saeculum*, João Pessoa, n. 14, p. 11-25, jan./jun. 2006.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2000.

MORAIS, Ana Lunara da Silva; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Nada mais que necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégias de moradores da capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.

MOREU, Filipe Eduardo. *Arquitetura militar em Salvador da Bahia: séculos XVI-XVIII*. Tese, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOTT, Luís. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1979.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia (Minas Gerais, 1716-1789)*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. *O pasto dos Brutos: contexto de João de Barros, "horizonte histórico" e política nas Décadas da Ásia*. Tese, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TORRES DE PAULA, Thiago do Nascimento. *Filhos da escuridão: crianças expostas na Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação, Capitania do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVIII*. Monografia, Bacharelado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

_____. *Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

POMBO, Francisco José da Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Annuario do Brasil, 1922

PORTELA, Bruna Marina. *Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780)*. Tese, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PORTO, Maria Emília Monteiro. *Jesuítas na capitania do Rio Grande - séculos XVI-XVIII: arcaicos e modernos*. Tese, Pós-graduação de Geografia e História, Universidad de Salamanca, 2000.

_____. Discursos de fronteira: Antonil e as imagens da guerra na Capitania do Rio Grande. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. Natal: EDUFRN, 2013.

POSSAMAI, Paulo Cesar. A Fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII. In: _____. (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAMINELLI, Ronald. Honras, malogros: trajetória da família Camarão. In: MONTEIRO, Rodrigues Bentes; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da época moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: UNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no Império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil, 1500-1627*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, 385 anos*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

SILVA, Gian Carlos de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem do Recife colonial (1790-1800)*. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. “*Nas solidões vastas e assustadoras*” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SMITH, Roberto. A presença da componente populacional indígena na demografia histórica da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Ouro Preto: ABEP, 2002.

STABEN, Ana Emilia. *Negócios dos escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

TAUNAY, Affonso d' Escagnolle. *A Guerra dos Bárbaros*. Edição especial para o Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria – Disponível em: <http://indiosnonordeste.com.br/wpcontent/uploads/2012/08/a_guerra_dos_barbaros1.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2014.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da separação e independência de Portugal*. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. T. II.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.